



DIÁLOGO TARDIO

Depois de críticas da Intercel, presidente da Celesc procura dirigentes sindicais para o debate

Depois de se fechar ao debate e sofrer diversas críticas de trabalhadores, sindicatos, imprensa e parlamentares, o presidente da Celesc, Cleicio Poletto Martins, finalmente cumpriu com a promessa que fez aos celesquianos: abriu o debate sobre o futuro da Celesc Pública. Em contato com a coordenação da Intercel, o presidente afirmou que nunca teve a intenção de excluir os sindicatos do debate, e solicitou uma reunião com a Intercel.

Realizada no auditório Osvaldo Camilli, na Administração Central, nesta quarta-feira, dia 27, a reunião iniciou com um relato dos primeiros 60 dias frente à empresa. Acompanhado dos Diretores André Luis de Castro Pereira (Planejamento e Controle Interno), Claudine Furtado Anchieta (Gestão Corporativa), Pablo Cupani Carena (Geração, Transmissão e Novos Negócios) e Marcelo Haendchen Dutra (Finanças e Relações com Investidores), Cleicio afirmou que "as relações institucionais começam agora" e que estava abrindo o diálogo com a sociedade.

Cleicio reafirmou que é compromisso dele e do Governador do Estado a manutenção da Celesc Pública e que a premissa é trabalhar por uma Celesc mais eficiente.

Os dirigentes sindicais criticaram a demora para o início do diálogo, apontando que problemas decorrentes desta postura prejudicaram a imagem da Celesc. Para a Intercel, esta situação é muito parecida com a velha lógica de precarizar o atendimento à sociedade para justificar a privatização da empresa. O presidente da maior estatal não pode estar fechado ao diálogo com todos os atores da sociedade. É preciso que ele compreenda seu papel, trabalhando pelo fortalecimento da empresa, pela melhora no atendimento à sociedade e pela sua manutenção como empresa pública.

Além das críticas, os sindicatos reafirmaram a necessidade de respeitar os celesquianos e os direitos conquistados pela categoria. Valorizar os trabalhadores é fundamental para a continuidade da Celesc Pública, patrimônio dos catarinenses.



REESTRUTURAÇÃO É GOLPE NAS REGIONAIS

Reciclagem de projeto privatista é base para reestruturação

A reestruturação administrativa da Celesc também foi pauta do debate. Apresentada pelo presidente e pelo Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios, a reestruturação foi justificada pela necessidade de uma "maior uniformidade no porte das agências". Segundo a Diretoria, o foco não é a extinção de Agências, nem a redução de cursos, mas a padronização de atividades e procedimentos. Segundo o Diretor de Geração, ninguém trabalha com 16 agências regionais no setor elétrico e, a lógica é aumentar o status de algumas agências, não fechando nenhuma.

Para os dirigentes sindicais, as justificativas apresentadas não convencem ninguém e o projeto é a reciclagem de uma proposta antiga para redução de agências e privatização

da Celesc. A uniformização de procedimentos não justifica uma mudança na estrutura das Agências Regionais. Na visão da Intercel, a criação de "núcleos" irá retirar a autonomia das regionais que passam a serem unidades, prejudicando o atendimento à sociedade catarinense. Além disso, uma mudança que impacta sobre a vida dos trabalhadores e da população em geral não pode ser tomada sem o devido debate.

Apesar das críticas dos sindicatos, o presidente afirmou que não voltará atrás na reestruturação. Os sindicatos reafirmaram que farão o debate com os

Deputados Estaduais, Prefeituras, Câmara de Vereadores e associações empresariais, apresentando os prejuízos para o atendimento à população catarinense e à manutenção da Celesc Pública.

"Para a Intercel, as justificativas apresentadas não convencem ninguém e o projeto é reciclagem de uma proposta" de redução das regionais"

DEPUTADOS ESTADUAIS DEFENDEM CELESC PÚBLICA E QUEREM EXPLICAÇÕES SOBRE O GOLPE NAS AGÊNCIAS REGIONAIS

Sindicatos da Intercel conversam com parlamentares catarinenses na defesa da Celesc Pública e no combate à projetos que prejudicam o atendimento à população e podem levar à privatização

Defender a manutenção da Celesc Pública, o bom atendimento à sociedade e cobrar explicações sobre as reestruturações e atos da administração da empresa. Este foi o compromisso assumido por diversos Deputados Estaduais em conversa com dirigentes dos sindicatos da Intercel.

Percorrendo a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), os dirigentes sindicais apresentaram aos parlamentares as dificuldades na relação com o presidente da empresa e as decisões tomadas sem o debate necessário, que põem em risco o atendimento ao povo catarinense e o caráter público da empresa. A falta de um diálogo com os diversos atores políticos do estado foi criticada pelos deputados, que cobraram o debate aberto com a sociedade sobre uma empresa que é pública e patrimônio dos catarinenses. A incapacidade de comunicação no caso das faturas de energia também foi alvo de críticas dos deputados, que chegaram a convidar o presidente da empresa para prestar esclarecimentos, mas não foram atendidos, deixando a imagem da empresa ser atacada sem o necessário contraponto. Os deputados Fabiano da Luz (PT), Marcio Machado (PR), Neodi Saretta (PT), Padre Pedro (PT), Luis Fernando Vampiro (MDB), Ismael dos Santos (PSD), Nazareno Martins (PSB), Volnei Webber (MDB), Ada de Luca (MDB), Valdir Cobalchini (MDB), Mauricio Eskudlark (PR), Milton Hobus (PSD), Júlio Garcia (PSD), Paulinha (PDT), Mauro de Nadal (MDB), Luciane Carminatti (PT), Jerry Comper (MDB), Fernando Krelling (MDB) manifestaram o respeito ao trabalho dos celesquianos, reconhecendo o papel fundamental da Celesc para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina. Para os deputados, como uma empresa pública a Celesc deve estar aberta ao diálogo, primando pelo atendimento de qualidade ao povo catarinense e deve se distanciar da lógica do lucro a qualquer custo.

Para a Intercel, o debate sobre a Celesc tem que ser feito com a participação da sociedade e, por isso, a reforma administrativa encaminhada pelo presidente da empresa, Cleicio Poletto Martins foi duramente criticada. Além de não trazer resultados práticos, a proposta põe em risco o atendimento à sociedade, retirando a autonomia de Agências Regionais e tornando regiões dependentes de outras, criando um caos administrativo e político no estado.

Os deputados foram unânimes em destacar a necessidade da convocação do presidente da Celesc para prestar esclarecimentos. Para a Intercel, a reestruturação proposta é um golpe para reduzir Agências, precarizar o serviço e encaminhar a privatização. Os sindicatos continuarão a procurar os parlamentares catarinenses para que estes apoiem a Celesc Pública e cobrem a manutenção de uma estrutura que presta um atendimento de qualidade ao povo catarinense.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Eletricistas do Vale do Itajaí – SINTEVI, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os associados deste Sindicato, quites com suas obrigações sociais, a participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se na sede do SINTEVI, sito na Rua Bahia, nº 2552, Salto, Blumenau - SC, no dia 11/03/2019 (Segunda-feira), às 17:00h, em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 17:30h, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

1. Leitura, discussão e aprovação da Proposta de Orçamento Anual do Sindicato, para o exercício de 2019.
2. Leitura, discussão e votação do Balanço Geral relativo ao exercício de 2018, com o respectivo parecer do Conselho Fiscal.

Blumenau, 28 de Fevereiro de 2019.

Orlando Nestor Gretter
Diretor Financeiro

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL
Jornalista responsável: Paulo G. Heim (MTE 3489/SC)
Conselho Editorial: João Roberto Maciel
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

ENERGIA

PLENÁRIA DO MAB APRESENTA RISCOS COM BARRAGENS EM SANTA CATARINA

Movimento dos Atingidos por Barragens apresenta dados alarmante sobre problemas estruturais em barragens no Estado

Cerca de 44 das 177 barragens em Santa Catarina estão com problemas estruturais ou em grau de risco. Além disso existem outras 288 que estão em fase de construção, licenciamento ou em estudo. Tudo isto sem que a sociedade catarinense tenha informações sobre o verdadeiro impacto (social, econômico e ambiental) destas estruturas e sem plano de prevenção para evitar tragédias como a de Mariana e Brumadinho. A conclusão é óbvia: na guerra da informação as empresas donas destas barragens estão ganhando.

Sábado passado, 23 de fevereiro, o canal de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) da empresa Heidrich Geração Elétrica, no interior de Taió, rompeu inundando ao menos uma casa e uma propriedade rural. Por sorte, a família conseguiu sair a tempo do local. Além dos prejuízos sobre a casa, a plantação, os animais mortos e outros danos materiais que ainda precisam ser calculados, a família tem que enfrentar o trauma de sofrer uma repentina inundação que ameaçou sua vida.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos de 2018 das 177 barragens, nove são compostas por rejeitos decorrentes da extração de carvão e as restantes de usinas hidrelétricas. Algumas delas utilizam a mesma técnica de represamento (a montante) da barragem de Brumadinho. Estes e outros dados alarmantes vieram à tona na plenária organizada pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), ocorrida na noite de 25 de fevereiro, na Assembleia Legislativa de SC (Alesc).

Na plenária, o deputado Fabiano da Luz (PT), falou da sua iniciativa de criar uma Frente Parlamentar dos Direitos das Famílias Catarinenses atingidas por Barragens. A frente pretende levantar números oficiais e cobrar a elaboração de planos de prevenção para evitar outras tragédias como as da Vale. Ele acredita que através da frente serão reunidas informações das barragens junto a Defesa Civil, Bombeiros, Fatma, Ibama, prefeituras e outros órgãos para que se tenha a real dimensão do impacto destas estruturas. Uma das coordenadoras do MAB, Júlia

May Vendrami, afirmou que é preciso tratar da segurança das barragens e ao mesmo tempo defender os direitos das famílias atingidas. Para ela, a falta de números oficiais de quantas pessoas podem ser atingidas pelas barragens em território catarinense e de planos de prevenção colocam em risco uma grande parcela da população. “É um debate urgente, que precisa de atitudes e novas práticas. Não podemos mais ignorar esse tema.”

Para lembrar e alertar

Em Brumadinho, assim como em Mariana, Itabira, Congonhas, Belo Horizonte, Nova Lima, Barão de Cocais e várias outras cidades mineiras, o sentimento dominante é de terror. O som da sirene que alerta a população sobre o rompimento de uma barragem é a trilha sonora que assombra estas milhares de pessoas e dos órfãos das tragédias. Todos(as) temos o direito de morar com segurança. ÁGUAS PARA VIDA E NÃO PARA MORTE!



Folia com

SEGURANÇA

Se divertir ou brincar o carnaval é muito bom. Brincar protegido é melhor ainda. Os 5 dias de folia de Momo também podem ser usados para incentivar a proteção.

É o que as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes costumam fazer com campanhas de distribuição e incentivo ao uso de preservativos (camisinha).

Não dá para vacilar: é alto o índice de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), incluindo a infecção por HIV. Hoje a epidemia de Aids no Brasil atinge um grande número de mulheres e gays. Infectologistas dizem que a camisinha é o método mais eficaz para prevenir Aids, gravidez não planejada, DSTs e hepatites, além do aumento significativo da sífilis erradicada e que agora retorna.

Portanto, não há desculpa para esquecê-la, até porque estão disponíveis gratuitamente. E a indústria tem investido em modelos mais confortáveis, de melhor ajuste, antialérgicos e até divertidos.

Procure um Cipeiro, previna-se e vá se divertir com muita alegria e segurança.

